

A Comissão da Verdade na Universidade Federal do Pará: a criação de um acervo digital com testemunhos de violações dos direitos humanos

Edilza Joana Oliveira Fontes*

A Universidade Federal do Pará (UFPA) foi uma das instituições de nível superior “criadas” pelo governo militar instaurado no país entre 1964 e 1985 através de um golpe de Estado com apoio de parte da sociedade civil. Apesar da lei de sua criação ser de 1957 (Fontes, 2007), o Campus do Guamá só foi construído e inaugurado no governo militar. A memória oficial da UFPA ressalta as obras construídas nesse período, as reformas acadêmicas e a implantação do Campus do Guamá (Meira, 2007; Mendes, 2007), ou seja, trata apenas de seu caráter modernizante (Motta, 2014). Ressalta ainda outras ações do governo militar, principalmente suas propostas para o ensino superior no Pará.

Houve a produção de um silêncio e não se registraram institucionalmente os testemunhos sobre as práticas repressivas implantadas na UFPA nesse período. As memórias e as histórias dessas práticas, dos constrangimentos, dos traumas, foram “esquecidas” e hoje são temas importantes para o estudo da história e para as práticas arquivísticas, na medida em que colocam em pauta a necessidade de registro das memórias e do acesso cada vez mais amplo à documentação dos órgãos repressivos como parte de um dever histórico. Há uma memória submersa (Fico, 2012) que, no atual contexto, clama por reconhecimento.

* Professora do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: edilzafontes@yahoo.com.br.

Não se faz uma crítica da memória institucionalizada, tampouco se abrem possibilidades para outras leituras do passado. José da Silveira Neto foi o segundo reitor da UFPA e sua administração cobriu o período de 1961 a 1969, nele foi inaugurado o campus universitário, em 13 de agosto de 1968. Em 2007 o campus passou a se chamar Cidade Universitária Prof. José da Silveira Neto e a história oficial produzida pela instituição não faz qualquer menção à repressão e à violação de direitos humanos de professores e alunos praticados em sua administração. Ela é lembrada apenas como um grande momento de construção da UFPA.

Em 2004, ano em que o golpe civil-militar completava 40 anos, um grupo de ex-alunos da UFPA publicou um livro intitulado *Relatos subversivos* (Lima, 2004), no qual os testemunhos de ex-alunos começavam a questionar a memória oficial da UFPA, de harmonia e de desenvolvimento. Os autores relatam a invasão da União Acadêmica Paraense (UAP) por tropas do exército, a destruição da mobília, a quebra do teatro, a prisão de várias lideranças estudantis, a perseguição aos opositores do golpe, os inquéritos policiais militares (IPMs) instaurados, a invasão de residências, as demissões e aposentadorias compulsórias, a presença de agentes das forças armadas na UFPA. Já em 2007, quando a universidade completava 50 anos, foi publicado um livro intitulado *História e memória da UFPA* (Fontes, 2007) que aprofundou um pouco mais os conhecimentos da história da instituição, colocando a questão dos direitos humanos como um tema ainda pouco abordado dessa história.

Em 18 de novembro de 2011, foi sancionada, pela então presidente Dilma Rousseff, a lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV). O trabalho dessa comissão trouxe esperanças de que os casos de violações de direitos humanos ocorridos durante o governo militar no Brasil fossem apurados. A CNV produziu um relatório publicado em 2014 (Brasil, 2014), e “teve algum significado, inclusive por sua simples existência” (Fico, 2016). Esse relatório traz muita informação do período e prioriza os relatos e a busca de documentação das vítimas, falando pouco sobre as colaborações e os apoios recebidos pelo governo militar dentro das instituições. A criação da CNV possibilitou a formação de outras comissões da verdade pelo Brasil e, no caso das universidades, de uma rede de comissões criada em 2016. A Comissão César Leite de Memória e Verdade da UFPA, criada em 2013,¹ foi

1 A Comissão César Leite de Memória e Verdade da UFPA foi criada pelo conselho universitário através da resolução nº 721, de 20 de setembro de 2013.

uma das fundadoras dessa rede. Nesse mesmo contexto, também foi publicada a Lei de Acesso à Informação Pública, que acabou com o sigilo eterno de documentos (Brasil, 2011), o que viria facilitar muito a pesquisa documental desenvolvida pelas comissões da verdade no Brasil.

No dia 19 de setembro de 2012, o Ministério da Educação (MEC) resolveu instituir uma comissão para o levantamento de documentos produzidos no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988. No dia 1º de outubro de 2012, a Secretaria Executiva dessa comissão enviou ofício² para o reitor da UFPA, Prof. Dr. Carlos Edilson Maneschy, solicitando o levantamento e a identificação de documentos que tratassem da violação de direitos humanos no âmbito da universidade durante o período citado. A UFPA informou ao MEC que cinco professores tiveram aposentadorias compulsórias, mas que a instituição não tinha maiores informações sobre a violação de direitos humanos em seu âmbito.

Para investigar a história da UFPA durante o governo militar, foi organizado um projeto de pesquisa denominado *Os Anos de Chumbo na UFPA: memória, história, trauma e cultura educacional (1964-1985)*³ com o objetivo de fazer o levantamento documental no arquivo central da universidade, no acervo fotográfico da Biblioteca Central e do Museu, bem como o de registrar depoimentos de professores, ex-alunos e servidores que foram atingidos por atos do governo militar ou das administrações superiores da UFPA que provocaram violações de direitos humanos. Uma das ideias centrais do projeto foi construir um acervo digital com depoimentos para que eles servissem de fonte para a escrita da história da instituição. Esse projeto está em fase de conclusão e pretende produzir documentários sobre os temas relatados pelas testemunhas.

Na UFPA, desde 2010, há a construção de um repositório multimídia no âmbito da Assessoria de Educação a Distância (AEDI), o UFPA Multimídia, visando incentivar o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no ensino superior e atuar como canal de diálogo entre a produção de conhecimento científico e a sociedade. A pesquisa dentro do projeto *Os Anos de Chumbo na UFPA* partiu do pressuposto de que o trabalho com a memória implica um processo de negociação, no qual o historiador tem um papel relevante ao registrá-la e ao publicá-la, ampliando e democratizando seu

2 Circular nº 015/2012/SAA/MEC.

3 A coordenadora do projeto é a autora.

acesso, enriquecendo assim o conhecimento sobre os processos históricos. O acervo digital de memórias de ex-alunos e professores foi feito e publicado na AEDI da UFPA.⁴ É um acervo de fontes orais e audiovisuais. O processo de seleção dos depoentes e os registros das memórias foram realizados com roteiro específico e definido, seguindo os procedimentos da metodologia da história oral (Ferreira, 1996). Um dos critérios para seleção dos depoentes foi o de registrar as memórias de pessoas que sofreram violações de direitos humanos e cuja história de vida expresse traumas ainda presentes. Em um primeiro momento foram registrados os depoimentos dos autores do livro *Relatos subversivos*, em seguida se fez um levantamento nos jornais do Pará no período de 1964 a 1985 buscando informações sobre violações de direitos humanos.

O levantamento nos jornais selecionou todas as reportagens sobre o movimento estudantil no estado, as ações dos estudantes, prisões e protestos envolvendo a UFPA. Isso nos permitiu organizar um acervo com 12 mil fotografias sobre o governo militar e a UFPA no período determinado. A leitura dos jornais levou à seleção dos nomes de ex-alunos para o registro de suas memórias no acervo digital que estava sendo construído. Outro caminho para selecionar os depoimentos foi retirar nomes da documentação administrativa da UFPA. Foi feito um levantamento na série Correspondência com os Reitores e foram selecionados documentos que indicavam evidências da violação de direitos humanos na UFPA.⁵

Já foram registrados os depoimentos de 47 pessoas. Os relatos falam das prisões de 1964, IPMs instaurados na UFPA, processos de ocupações das faculdades em 1968, intervenções ocorridas nos diretórios acadêmicos, não contratação de professores pela instituição por recomendação do Serviço Nacional de Informação (SNI), mobilizações dos estudantes em relação à implantação da reforma universitária em 1968, reorganização do movimento estudantil na UFPA nos anos 1970, reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE) no fim dos anos 1970, morte do estudante César Leite

4 As entrevistas podem ser acessadas em: <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/simple-search?location=&crpp=10&sort_by=score&order=desc&query=Edilza+Fontes&submit.x=0&submit.y=0>, bem como pelo portal eduCAPES, em: <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/202577>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

5 No Arquivo Central da Universidade os documentos foram arquivados de acordo com o local onde eram produzidos e divididos por séries. Nos documentos produzidos no âmbito dos gabinetes dos reitores temos a série Correspondência entre os Reitores e os Governos Federais, tanto a expedida quanto a recebida.

em março de 1980 – assassinado por um agente da Polícia Federal enquanto assistia a uma aula de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) –, a prisão de oito estudantes vinculados à Convergência Socialista (CS) pela Polícia Federal, acusados de atentar contra a Lei de Segurança Nacional, entre outros assuntos. O professor Raymundo Heraldo Maués foi um militante da Ação Popular (AP) no Pará e um de seus coordenadores nos anos 1960. Sobre ter sido preso, ele declarou:

[Raymundo] – Prenderam a mim, o Valente, [...] ficamos presos na Aeronáutica, fomos torturados, mas enfim, nós já tínhamos nos afastado da AP [...].

[Edilza] – Quanto tempo o senhor ficou preso?

[Raymundo] – Um mês [...].

[Edilza] – E que tipo de tortura eles fizeram com o senhor?

[Raymundo] – Aqueles tapas no ouvido, faziam uma encenação, havia dois majores que tomavam conta de nós, o major Ulisses e o outro que eu não consigo lembrar o nome, que era o negro [...], aí em alguns momentos, altas horas da noite, ele ia e nos pegava, individualmente, nos levava para uma sala, onde havia várias pessoas fortes, que nos davam esses tapas e queria que a gente confessasse as coisas, aí num determinado momento o major Ulisses chegava lá, ‘vamos acabar com isso’, ‘você está cometendo um abuso’, quer dizer, ele era o bonzinho, mas a ameaça estava sempre presente. (Raymundo Heraldo Maués, 2012).

Como podemos observar, o professor Heraldo Maués tem uma memória que constata a violação de direitos humanos durante o governo militar na Amazônia, principalmente de professores, estudantes e servidores que sofreram perseguição política realizada por agentes públicos nomeados na segunda metade dos anos 1960. No nosso entendimento, são memórias importantes para análise da história da Amazônia, mais precisamente sobre as décadas de 60 e 70 do século XX e a relação de educadores e servidores da UFPA com o governo militar instaurado no país entre 1964 e 1985.

Pedro Cruz Galvão de Lima era discente do curso de Direito da UFPA e presidente da União Acadêmica Paraense (UAP) em 1964, quando houve a invasão da sede da entidade pelo exército (Pedro Cruz Galvão de Lima, 2013). Ele passou mais de 60 dias preso e foi indiciado em Inquérito Policial Militar. Esse é outro exemplo de direitos humanos violados. Os depoimentos que já registramos revelam processos de prisões, torturas e aposentadorias

compulsórias.⁶ A geração de 1964 relata como foi a invasão da UAP, os processos de inquéritos militares, o clima de repressão na UFPA e as tentativas de controle em relação às manifestações estudantis. Os estudantes presos em 1964, quando falam de suas experiências, expressam o medo que vários setores da sociedade tinham dos subversivos. Eles foram processados sem culpa formada, foram presos e perseguidos, impedidos de contratação por órgãos públicos, torturados e marcados para a vida toda.

O professor João de Jesus Paes Loureiro nos lembra como foram difíceis os anos 1960 na UFPA. Ele foi preso em Belém (PA) e levado ao Rio de Janeiro, para o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), onde ficou preso por alguns meses e foi torturado. Ele declara que era uma prática da ditadura não informar as prisões das pessoas aos seus familiares. Lembra que foi preso e conduzido à central de polícia junto com militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Depois foi levado para a 5ª Companhia do exército: “Eram sete pessoas em uma cela pequena que só dava para quatro pessoas, nós dormíamos atravessados para poder dormir todo mundo” (João de Jesus Paes Loureiro, 2013). Paes Loureiro era aluno do curso de Direito e coordenador do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE no Pará. Foi preso e torturado em 1964. Ainda preso, foi eleito orador da turma. Havia, segundo ele, pessoas que apoiavam o governo militar na UFPA e faziam declarações discordando da escolha. Sabendo disso, ele conta que pediu uma nova eleição para escolha do orador da turma e foi novamente eleito, com mais votos do que na anterior.

Quando se aproximava a colação, veio um documento do comando da revolução para faculdade de Direito, cujo diretor era o professor Aloísio Chaves. [...] se eu fosse mantido como orador, o prédio seria interditado, por ser um prédio público e não poderia um subversivo ser um orador. A direção da faculdade queria a mudança. A solução foi o silêncio. Eu seria o orador sem fazer o discurso. [...] no dia da colação a faculdade foi cercada. Quando chamaram o meu pai para colocar o anel, todos levantaram, os alunos, seus paraninfos, pais, professores da faculdade, e aplaudiram de pé [...]. Foi um ato de apoio à minha pessoa. (João de Jesus Paes Loureiro, 2013).

6 Em documento assinado no dia 13 de junho de 1979 pelo diretor do Departamento de Pessoal (DEPES) Carlos Prado e pela Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOM) da UFPA, em que aparecem citados os professores Epilogo de Campos e Orlando Sampaio como professores titulares, Henry Kayath e Camilo Montenegro como adjuntos e Ruy Guilherme Barata como professor de ensino superior na UFPA.

Em meio ao debate sobre a reforma universitária, a UFPA teve ocupadas todas as faculdades, com exceção das faculdades de Odontologia e Farmácia, quando ocorreu a inauguração do Campus do Guamá, em agosto de 1968. Os estudantes, coordenados pelos seus centros e diretórios acadêmicos, ocuparam as faculdades da UFPA exigindo uma reforma universitária mais dialogada e contra os acordos MEC-USAID.⁷ O movimento estudantil da época exigia ampliação das matrículas e reformas nas instalações das faculdades. Os estudantes exigiam universidades mais vinculadas aos interesses nacionais e amazônicos. No mês de março de 1968, o estudante paraense Edson Luís foi assassinado no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Em Belém, ocorreram vigílias e sessões especiais na Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA). As ocupações das faculdades ocorreram a partir do mês de julho e foram a estratégia assumida para receber o então presidente da república Arthur da Costa e Silva e sua comitiva em agosto. O movimento estudantil usou as ruas, fez passeatas denunciando a situação da universidade e questionando a ditadura militar com ações de enfrentamento, como a ocorrida no dia 7 de setembro de 1968, quando interromperam o desfile militar exigindo a liberdade para os estudantes presos no Rio de Janeiro.

A documentação administrativa da UFPA dos anos 1960 traz várias evidências de toda a tensão que ocorreu com a ocupação das faculdades em 1968, bem como com o processo da reforma universitária. Ocorreu, primeiramente, a intervenção administrativa na faculdade de Química, e as demais faculdades foram sendo ocupadas uma a uma. Os relatos dos jornais também contribuíram para compor a narrativa que informa as ações dos estudantes e suas lógicas de oposição ao governo militar, mas as memórias dos “anos de chumbo” são fundamentais para pensar outra história social para a UFPA. É necessário um olhar amplo sobre o passado da instituição que venha romper com a história harmoniosa ainda hoje consolidada. Sofremos resistência da própria instituição para rever e ampliar sua história.

Os testemunhos do projeto *Os Anos de Chumbo na UFPA* associam suas experiências às violências e ao horror da tortura física e psicológica sofrida. Há uma presença do passado no presente e, em alguns, uma vontade de

7 MEC-USAID foi o nome dado a uma série de convênios realizados desde 1964 entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Os acordos tinham o objetivo de implantar o modelo norte-americano nas universidades brasileiras, através de uma profunda reforma universitária. Sobre os convênios MEC-USAID e as universidades, ver Motta (2014).

esquecer que os leva a memórias subterrâneas. Margaret Refkalefsky é um exemplo disso. Em suas memórias há um tempo marcado pelo ressentimento (Ferro, 2007). O presente contém o passado e este é um presente constante.

Eu vinha para mudar o mundo e o curso era para acomodar o mundo. [...] lutávamos pelo fim da ditadura, por mais verbas, pelo fim dos excedentes, contra a reforma universitária – pela dispersão dos alunos com a reforma, não havia mais turma – [...], tinha passeatas, atividades, correrias, orientações que vinham do Rio [...]. Fui simpatizante do PCB, depois fui para a AP, saí por achar muito parada, depois fui para a VAR-Palmares. Eu queria a luta armada. Eu acho que valeu a pena tudo que a gente fez. [...] há uma diferença entre esquecer e ter que esquecer. Se a gente pudesse, queria esquecer-se das coisas ruins [...], mas às vezes a gente tem que esquecer [...]. Se lembrar era se entregar para o outro, era correr o risco de dizer o que não era para ser dito [...]. Então é como se roubassem um pedaço de ti. Quando tu esqueceres, ele rouba o que tu tens. (Margaret Moura Refkalefsky, 2013).

O projeto levantou arquivos dos órgãos do SNI na documentação administrativa da UFPA e encontrou numerosos vestígios de violação de direitos humanos. A fim de aprimorar o controle e a vigilância sobre os “elementos subversivos” no interior da UFPA, foram implantadas as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) para auxiliar os reitores. As ASI fizeram parte do sistema de informações da ditadura militar. No âmbito das universidades, foram criadas a partir de janeiro de 1971, após o MEC ter aprovado seu Plano Setorial de Informações. No seu organograma, figuravam, ainda, Assessorias Regionais da Segurança e Informações (ARSI). De acordo com seu regimento interno, o papel principal das assessorias regionais seria coordenar as atividades da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) em sua respectiva região, servindo de elo entre essas e a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC) (Fico, 2016).

Os documentos correntes produzidos no âmbito do gabinete dos reitores da UFPA (trabalhamos com as correspondências recebidas e enviadas) serviram para conhecermos o contexto da experiência de sua produção. Na sua fase intermediária, os documentos podem ser analisados pelas execuções das ações que demandavam, e hoje, na sua fase permanente, esses documentos são a memória da ação produzida e consumada, e é o que nos interessa. Na documentação encontrada na correspondência dos reitores com os órgãos do

SNI é muito evidente o diálogo sobre ações de violações de direitos humanos no âmbito da UFPA.

Os documentos sobre Cláudio Salles são um exemplo de como o historiador pode usar essa documentação inativa para fazer novos usos dela. Cláudio Salles era um estudante de Medicina que em 1968 participou das ocupações das faculdades e em 1969 entrou para Ação Libertadora Nacional (ALN). Como membro dessa organização, junto com outros militantes, participou do assalto à Gelar, uma fábrica de sorvetes no Pará, com o objetivo de enviar o resultado do roubo para a ALN financiar suas ações. Quando a polícia descobriu o grupo que planejou e executou o roubo, prendeu vários de seus membros. Flávio Augusto Neves Leão Salles (2014), o irmão de Cláudio, fugiu para o Rio de Janeiro e tornou-se clandestino – seria um dos dirigentes das organizações de esquerda mais procurados pelo governo militar. Cláudio Salles foi preso e processado; entre as acusações, a participação na ocupação da faculdade de Medicina em 1968 e o assalto à Gelar. Foi condenado. Cumpriu pena no antigo presídio São José, em Belém, e depois, quando ganhou a liberdade, terminou seu curso de Medicina e fez concurso para a UFPA. Passou em primeiro lugar e mesmo assim não foi chamado para ocupar o cargo. Nas investigações feitas na correspondência trocada entre o reitor Aracy Barreto e o SNI, encontramos ofício em que a ASI aconselhava a não contratação de Cláudio Salles pela UFPA. Ao que tudo indica, o conselho foi aceito pelo reitor e Cláudio nunca foi contratado como professor pela instituição.

O ofício da ASI/SNI foi entregue aos familiares de Cláudio Salles no ato de reparação ocorrido em 31 de março de 2015 e pode ser usado em ação jurídica frente à Comissão de Anistia, requerendo indenização e exigindo reparação perante a violação de direitos.⁸ Foi afirmada uma dimensão histórica dessa documentação. É um documento permanente e histórico. Foi dado um outro sentido no presente a essa documentação. É a memória dos atos de violação que interessa agora para o trabalho do historiador. O sentido dessa documentação foi transformado pelo uso que se fez dela no presente. “Os usos do passado fazem a diferença, pois os documentos passam a ganhar outra razão de ser” (Knauss, 2012). Era registro do presente e passa a ser registro do passado lido no presente, o que lhe dá outro sentido.

8 Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, com objetivo de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção atribuídos a violação aos direitos humanos cometidos entre os anos de 1946 e 1988 (Brasil, 2002).

A criação da ASI se deu no contexto político de 1968, no acirramento das críticas ao governo militar com a ocupação das faculdades em várias universidades.⁹ Nos depoimentos dados, temos informações de como parte das lideranças perceberam a implantação do AI-5 dentro de uma conjuntura onde a repressão do Estado não mais permitiria qualquer ação, como as realizadas em maio, junho e agosto de 1968 nas universidades. Registramos depoimentos que debatem a opção pela luta armada.

As violações de direitos humanos tais como identificamos na documentação são diversas. Documentos oficiais que dizem respeito à não contratação de professores, por recomendação do SNI em ofícios enviados aos reitores, casos como dos professores Raymundo Heraldo Maués, Pedro Cruz Galvão de Lima, João de Jesus Paes Loureiro, Netuno Nobre Villas e do já citado Cláudio Salles. Documentos de alunos que tiveram decretadas prisões e sofreram torturas, como Aluísio Leal, João de Jesus Paes Loureiro e Pedro Galvão de Lima. Documentos de professores que tiveram as suas vidas investigadas e perderam bolsas de estudos, como a professora Edna Castro. Documentos de alunos que foram presos e passaram por processos de investigação constantes, como os professores Roberto Corrêa e Margaret Refkalefsky. Documentos de alunos e professores que não foram indicados para cargos administrativos por não serem de confiança e professores que tiveram aposentadorias compulsórias entre 1964 e 1969.

Os documentos também podem ser articulados em torno de traumas que ficaram na vida de pessoas que não conseguem rememorar a sua dor, como o caso da professora Margaret Refkalefsky. Houve torturas, mortes, desaparecimentos. Observamos que a documentação das ASI/DSI-MEC relaciona o dever de memória a passados sensíveis, a direitos violados, principalmente no período de 1964 a 1985. O dever de memória em relação aos arquivos das instituições federais de ensino superior (IFES) guarda a possibilidade de diálogos entre os testemunhos de professores, servidores e ex-alunos que no período do governo militar tiveram seus direitos violados. A documentação da instituição – principalmente a documentação trocada entre os reitores e

9 Em 1975, temos conhecimento da implantação da ASI na UFPA por meio de um documento dirigido ao reitor Clóvis Malcher, solicitando estrutura e indicando os servidores a serem contratados pela UFPA. Ofício Circular confidencial, Agência Belém (ABE/SNI), Implantação da ASI na UFPA, remete o diretor da ABE, nº 001834, Belém, 6 de junho de 1975.

os órgãos de repressão – é uma documentação sensível, que não foi analisada pela historiografia oficial da UFPA.

Os testemunhos tomam uma posição de “protagonismo” e buscam, na documentação que não foi incinerada,¹⁰ a confirmação de atos e ações administrativas que venham legitimar parte de suas memórias. Temos um passado sensível e o “dever de memória” nos usos da documentação das ASI e das IFES como bons instrumentos para a instalação de uma esfera cada vez mais pública de direitos, inclusive o direito à verdade, à memória. Essas memórias são um direito, um dever, uma necessidade moral, jurídica e política (Sarlo, 2007). O historiador deve fazer uma análise crítica das memórias edificantes e heroicas. Para ele, como afirma François Bédarida (1993, p. 28), “é necessário promover um autêntico dever de história, que parte da memória, dela se nutre, mas sabe tomar o distanciamento necessário em relação a ela”.

Há a necessidade de investigar outras verdades e com isto ter a possibilidade de restituir às vítimas o poder de narrar. Indicar a diferença em relação à história institucional é fundamental. A diferença que passa pelos depoimentos, que estabelece uma forma de investigar, que ouve, registra e disponibiliza, que procura construir outras histórias e propor outras verdades. Queremos impedir o esquecimento pelos apagamentos dos rastros (Lafer, 2008). Sempre é bom conhecer para não esquecer, para que não aconteça novamente.

A criação da Comissão César Leite foi proposta no Conselho Universitário (CONSUN) no dia 20 de setembro de 2013.¹¹ Ela seria um órgão de caráter provisório justificado pela necessidade de investigar as violações de direitos humanos na UFPA no período do governo militar.

A sociedade civil já havia criado o Comitê Paraense pela Verdade, Memória e Justiça. A petição que solicitou a instalação da Comissão César Leite afirma que a UFPA “possui o dever institucional de contribuir com processos dessa natureza, como prevê o artigo 2º do Regimento e do Estatuto da UFPA, onde são indicados como princípios da UFPA, no inciso VIII, a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente”. A proposta teve como base “investigar crimes, colher depoimentos, obter atas de reuniões e realizar audiências públicas para ouvir e divulgar relatos”.

10 Servidoras da UFPA (arquivistas) nos relataram a prática de incineração de documentos dentro da instituição.

11 Resolução nº 721 do CONSUN da UFPA.

Nesse período, a Universidade de Brasília (UnB) já havia instaurado a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) também já havia instaurado a sua, assim como a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC). Houve uma mobilização nacional que envolveu universidades, movimentos sociais, entidades de classe como o Conselho Regional de Psicologia do Pará (CRP-10) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além de associações de profissionais e grupos de direitos humanos.

A intenção da Comissão César Leite não era de incriminar alguém, mas de trazer à tona verdades por muitos anos omitidas e desconhecidas pelo público. Acreditavam os proponentes que “a sociedade criava paulatinamente uma cultura de fomento dos direitos humanos, contribuindo para a justiça de transição no país”. A proposta da comissão foi aprovada pelo CONSUN, que lançou um edital para a inscrição de docentes, técnicos e discentes para compor o órgão. Não houve restrição do número de inscritos e sua composição foi aprovada em reunião extraordinária do conselho. A seleção dos membros levou em consideração o interesse pelo tema, o histórico de vida dos inscritos e sua relação com a luta pelo estabelecimento dos direitos humanos.

Como podemos observar, a Comissão César Leite trabalhou com a noção de que a memória é um instrumento constitutivo da justiça. Foi instituída para investigar se no âmbito da UFPA houve injustiça, quem ou qual órgão institucional a cometeu e quem a sofreu. A dimensão corretiva da memória (Aristóteles, 2001) deveria ser investigada para que a justiça, efetivada a partir da ação reparadora, pudesse estabelecer a igualdade. O texto da resolução que criou a Comissão César Leite reconhece que houve perdas, violações de direitos humanos no âmbito da UFPA quando da vigência do governo militar. Era necessário rememorar os processos de violação de direitos humanos já ocorridos como processos históricos findos, mas abertos no presente, que precisavam ser investigados e de alguma forma corrigidos através de políticas de reparação no âmbito da UFPA.¹²

Nesse processo de registro de memória dos docentes e discentes da UFPA, o trabalho do historiador tem caráter investigativo, pois busca usar

12 O texto que cria a comissão indica a possibilidade de que a partir do trabalho realizado poderiam ser aplicadas políticas de reparação no âmbito da UFPA; como exemplo, citamos a sessão de desagravo aprovada pelo CONSUN, quando a instituição pediu desculpas pelas violações dos direitos humanos sofridas pelos servidores e estudantes durante o governo militar.

fontes orais e depoimentos de pessoas que viveram determinado processo histórico e que elaboraram uma memória coletiva sobre esse passado. A Comissão César Leite usou os depoimentos já registrados pelo projeto *Os Anos de Chumbo na UFPA* e ampliou os seus registros no acervo digital.

A memória está no caminho entre as violências sofridas e a justiça de reparação. Os testemunhos registrados no repositório multimídia da UFPA resistem à naturalização da violência e, pela memória, narram e trazem ao presente a dor das vítimas. Em seu depoimento, Hecilda Mary Veiga conta: “Lembro que foi uma semana sem dormir, aquela tortura dos refletores que você vê no cinema, esses filmes, e que não podia comer, que não podia beber água”; em outra parte, ela nos relata: “Quando chegou em Brasília, colocaram ela no subsolo, no capuz, eles mandaram tirar o capuz tinha seis homens apontando o fuzil, eu desmaiei” (Hecilda Mary Ferreira Veiga, 2013). Essa dor não é abstrata e não é passado, ou é um passado presente que persiste em não passar. Margaret Refkalefsky expressa a insegurança, a vigilância sobre a sua vida pessoal por dois anos e a dor de ter vivido sua juventude com medo:

Chegou uma época que estava difícil para todo mundo, era uma situação difícil, duríssima, você tinha medo de tudo, você tinha medo na universidade, você tinha medo na rua, quando dizem ‘anos de chumbo’ é porque pesava, pesava o ambiente. (Margaret Moura Refkalefsky, 2013).

Não são relatos que pedem perdão, mas que pedem que sofrimentos como esses sejam reconhecidos.

Há, portanto, duas posturas nos depoimentos frente ao passado. Uma que quer lembrar para registrar o sofrimento, denunciar as agressões e exigir justiça de reparação. Outra que quer esquecer por não querer mais sofrer, por não querer viver a dor de lembrar. Podemos perceber essa segunda postura em uma professora do curso de Comunicação Social, que não conseguiu dar seu testemunho por ter tido um acesso de choro e entrado em momento de profunda dor ao lembrar as torturas sofridas em 1969. Ela foi presa pelo SNI em Recife, acusada de transportar documentos da ALN aproveitando-se do fato de ser aeromoça; junto estava seu marido, também aluno da UFPA, que foi preso, torturado e processado. Seu marido prestou depoimento, relatou as torturas, mas não relatou as torturas sofridas pela professora, dizendo que há um acordo entre eles de não falar sobre a tortura do outro. O acesso de choro da professora ocorreu na porta do estúdio onde se deram as gravações.

A memória é um direito humano, a memória garante que atos de violência e de barbárie sejam repensados como injustiças. No caso do governo militar, esses atos de violência foram narrados como violações de direitos humanos. Essas violências foram “esquecidas”. O discurso das memórias foi elaborado no processo de positivação dos direitos humanos no Brasil, nos anos de 2012, 2013 e 2014. Em 2014, completaram-se 50 anos do golpe civil-militar, que na UFPA foram rememorados em programação articulada pelo nosso projeto, com apoio da reitoria.

Os direitos humanos são uma construção histórica contrária à “cultura do esquecimento” por entender que esta gera a “cultura da violência”. A história oficial da UFPA está dentro dessa “cultura do esquecimento”. Prevalece uma política do esquecimento, agora tensionada por uma demanda social que critica os títulos dados e o nome dado ao Campus do Guamá.¹³ Essa tensão ainda está presente no interior da UFPA. Uma história que produziu esquecimentos, que reforçou na sociedade o esquecimento do seu passado (Silva Filho, 2010).

Os motivos para que o rompimento do pacto de silêncio tenha se iniciado foram vários. Pareceu-nos que o contexto histórico, com a constituição da Comissão Nacional da Verdade e a proximidade dos 50 anos do golpe civil-militar, fez com que vários depoimentos fossem registrados. Aliás, houve a solicitação de muitas pessoas para depor. Em alguns depoimentos aparece uma postura de indiferença, de não lembrar a violação, como a de Edson Franco, que era chefe de gabinete do então ministro Jarbas Passarinho e afirma que não lembra de nada do que aconteceu. O que queremos destacar é que há um conflito nas memórias relatadas. A grande maioria é de violações de direitos humanos, mas há aquelas que ressaltam a construção do campus da UFPA e o grande auxílio que a instituição recebeu do MEC.

Neste contexto, perpassa a noção de que a UFPA quer reinterpretar seu passado e pensar seu futuro. Há uma tentativa de construir políticas de memória, fundadas na identidade coletiva, mas críticas em relação à própria constituição da universidade e ao seu relacionamento com o governo militar. Prova disso é que o calendário da UFPA de 2017 registrou violações de

13 Há um questionamento por parte do movimento estudantil, representado pelo DCE, que formulou um processo em que registrou perante a reitoria a retirada de título de *honoris causa* concedido pelo conselho universitário para os ex-presidentes Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici e para os ex-ministros Jarbas Passarinho e Tarso Dutra, demonstrando uma tensão, uma discordância em relação à história oficial da instituição.

direitos humanos ocorridos na universidade. O apoio dado aos registros das memórias no repositório e a criação da Comissão César Leite são mais dois exemplos de uma tentativa de acabar com o esquecimento. Há, portanto, um sentido de solidariedade e responsabilidade crescente.

3º SEMINÁRIO
1964
51 ANOS DEPOIS

Sessão Solene do CONSUN: Ato de desagravo público

CONVITE

O Presidente do Conselho Universitário da Universidade Federal do Pará, Carlos Edilson de Almeida Maneschy tem a honra de convidar para a Sessão Solene do CONSUN: Ato de desagravo público.

DATA/HORÁRIO
 1º de abril de 2015 - 08h30 às 20h30

LOCAL
 Auditório do Centro de Eventos Benedito Nunes da UFPA
 Campus Universitário do Guamá
 Rua Augusto Corrêa, nº 01

Inscrições pelo site:
www.seminario51anos.info

Mais informações:
 (91) 3201 8749

Apoio:
 Comissão "Cesar Leite" de Memória e Verdade da UFPA

Realização:

Figura 1 – Convite para o 3º Seminário 1964 – 51 anos depois (Comissão César Leite de Memória e Verdade da UFPA, 2015)

Em 2014, mais precisamente nos dias 31 de março e 1º de abril, como já mencionamos, rememoramos os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Foi realizado o *Seminário 1964: 50 anos depois*. No dia 22 de setembro do mesmo ano, a Comissão César Leite realizou o *II Seminário 1964: 50 anos depois*, no Centro de Convenções Benedito Nunes, localizado no Campus Básico da UFPA, com mais de 400 inscritos. O evento gerou um importante espaço de diálogo entre as comissões atuantes no Pará, como a Comissão Estadual da Verdade do Pará e a Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará. No dia 31 de abril de 2015, o presidente do CONSUN da UFPA, o professor Carlos Edilson Maneschy, convidou a sociedade paraense para o ato de desagravo público que ocorreu às 18h em sessão solene no auditório do Centro de

Eventos Benedito Nunes, no Campus do Guamá. O ato de desagravo foi proposto pela Comissão César Leite. As sessões foram publicadas no repositório multimídia da UFPA.¹⁴ Foi um momento muito emocionante e simbólico que contou com a presença de 800 pessoas.

Comissão solicita a Vossa Magnificência, no intuito do fortalecimento das instituições democráticas atuais, que seja realizado um Ato Solene de Desagravo presidido pelo CONSUN em que a Universidade deverá pedir desculpas a todos aqueles (as) que foram violados em seus direitos. Entendemos que o referido ato manterá viva a história e memória da Universidade Federal do Pará, tanto para as gerações que vivenciaram tal experiência, quanto transmitirá para as novas gerações uma visão crítica daqueles acontecimentos, contribuindo assim para que fenômenos como o golpe de Estado de 1964 não mais se repitam.¹⁵

Nos trabalhos da Comissão César Leite podemos observar o quanto do passado é presente na instituição. Vivemos um presente prenhe de passado. Uma dada leitura da relação do governo militar com a universidade referencia posturas no presente. São dados sentidos ao processo histórico ocorrido naquele período, sentidos que ainda hoje apresentam uma história da UFPA sem conflitos e sem violações de direitos humanos. Os trabalhos da Comissão César Leite buscaram investigar, encontrar vestígios que pudessem problematizar a história oficial construída na instituição. Os documentos produzidos pelos agentes do SNI, muitos deles também integrantes da ASI, relatavam atividades subversivas dentro da instituição, informavam os reitores sobre professores que podiam ou não ser contratados, mostravam que os professores tinham seus passos vigiados e que as atividades dentro da universidade eram profundamente controladas. Hoje, esses documentos nos permitem compreender o processo que estava se dando e a forma como o governo

14 Ofício da Comissão César Leite de Memória e Verdade da UFPA solicitando a sessão de desagravo ao Conselho Universitário da UFPA no dia 15 de janeiro de 2015, em Belém, ofício nº 0852015. Sessão Solene do CONSUN: ato de desagravo público, disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1410>>. Apresentação do projeto do Centro de Memória César Moraes Leite da UFPA, disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1409>>. Mesa de abertura e palestra *Experiências de justiça na transição e o direito ao ressentimento: vítimas do holocausto e vítimas do apartheid*, disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1408>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

15 Memorando nº 638/2014. Gabinete da Reitoria da UFPA. Ofício enviado ao reitor Carlos Maneschy.

militar se relacionou com as universidades brasileiras. A Comissão Nacional da Verdade estava em busca de vestígios (Ginzburg, 1989), buscando uma verdade histórica – porque, no nosso entendimento, o trabalho do historiador tem compromisso com a verdade, por isso trabalhamos com documentos (Ricoeur, 2000). O historiador busca responder à verificabilidade das suas afirmações. Se “a História é narração, discurso, escrita, ela carrega uma intencionalidade, que é aquela que seu horizonte é veritativo” (Dosse, 2017, p. 21).

O trabalho feito pela Comissão César Leite a partir da investigação feita na documentação do SNI confirma as memórias de violações de direitos humanos no período. Podemos afirmar, então, que o discurso histórico sobre o governo militar instaurado no país entre 1964 a 1985 e a UFPA deve incluir esse fato. Pretendemos contribuir para a construção de uma história reflexiva da UFPA, com uma nova narrativa discursiva, buscando perceber e compreender os processos ocorridos. Queremos respostas aos questionamentos do presente. A narrativa que buscamos é um conhecimento feito de mediações. Uma narrativa entre dois tempos. Uma narrativa que quer explicar as mudanças, tornar inteligível a violação de direitos humanos na UFPA, junto com o processo de “modernização” da instituição. Tornar visível o que foi passado e esquecido.

Por muito tempo se acreditou que o ofício do historiador era narrar uma história de acontecimentos passados, então exigia-se um distanciamento dos objetos de pesquisa, visando a objetividade e o não envolvimento com fontes orais, da memória e do testemunho. O acervo digital da Comissão César Leite trabalha com um regime de historicidade marcado pelo presente, pela relação com o vivido (Cezar, 2012). Seu acervo digital é um esforço de registro de fontes orais e audiovisuais, trazendo uma historicidade marcada pela relação dialética entre continuidades e descontinuidades. É um acervo digital onde a temporalidade central é o presente, propondo que o passado está nele. É um acervo digital que debate processos ainda em aberto, pois “o tempo presente não é um período adicional da história contemporânea; é uma nova concepção na historiografia” (Dosse, 2017, p. 17).

Tentamos, com a constituição do acervo digital, quebrar uma política de esquecimento em relação a história da UFPA. Os testemunhos narram experiências singulares ocorridas em contextos passados e revelam histórias silenciadas. Esses testemunhos envolvem-se no processo de coletivização da memória e, com sua publicação, pretendemos contribuir para a mudança da história da UFPA.

Referências

AARÃO REIS FILHO, Daniel; MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ALMADA, Martin; MAUÉS, Antônio Moreira. *Verdade, justiça e reparação na América Latina*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 2001.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença na história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 219-232.

_____. In: INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT. *Écrire l'histoire du temps présent: en hommage à François Bédarida*. Paris: CNRS Éditions, 1993.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. Presidência da República. *Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002*. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10559.htm>. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. _____. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CEZAR, Temístocles. Tempo presente e usos do passado. In: VARELLA, Flávia et al. (Org.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 31-50.

CORTEZ, Roberto. Quem conta um conto aumenta um ponto. In: NUNES, André et al. *1964: relatos subversivos – os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Edição dos Autores, 2004. p. 47-122.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; GANSTER, Rafael; ORBEN, Tiago (Org.). *Diálogos do tempo presente: historiografia e história*. Porto Alegre: Fi, 2017, p.15-36.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia et al. (Org.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 101-124.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FERRO, Marc. *O ressentimento na história*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Org.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 280-292, jan./jun. 2014a.

_____. O golpe civil-militar de 1964 no Pará: imprensa e memórias. *OP SIS*, Catalão, v. 14, n.1, p. 340-360, jan./jun. 2014b.

_____. *UFPA 50 anos: história e memórias*. Belém: EDUFPA, 2007.

GALVÃO, Pedro. Vencidos vencedores. In: NUNES, André et al. *1964: relatos subversivos – os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Edição dos Autores, 2004. p. 19-46.

GINZBURG, Carlo. *Mythes, emblèmes, traces: morphologie et histoire*. Paris: Flammarion, 1989.

LAFER, Celso. Justiça, História, memória: reflexões sobre a Comissão da Verdade. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Org.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 9-24.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. O tempo presente do tempo passado. In: NUNES, André et al. *1964: relatos subversivos – os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Edição dos Autores, 2004. p. 249-272.

MEIRA, Alcyr. Universidade Federal do Pará: como tudo começou. In: MELLO, Alex. *UFPA 50 anos: relatos de uma trajetória*. Editora UFPA, 2007.

MENDES, Armando. A pré-história da UFPA à luz do argumento da sua visceral amazoneidade. In: MELLO, Alex. *UFPA 50 anos: relatos de uma trajetória*. Belém: EDUFPA, 2007.

MIRANDA, Fernanda; ELIASQUEVICI, Mariane K.; SIROTTHAU, Sibério. UFPA multimídia: uma experiência de uso das TICs para o fortalecimento do ensino de graduação na Amazônia. *Diálogos de la Comunicación*, v. 85, p. 1-18, out./dez. 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Os olhos do regime militar nos *campi*: as assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 30-67, jan./jun. 2008.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jan./jun. 1989.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Papyrus, 1994. t. 1.

RUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 93-102.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Dever da memória e a construção da história viva: a atuação da Comissão da Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. Disponível em <https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/4306416/mod_resource/content/1/Dever_de_Memoria_e_a_construcao_da_Histo.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por verdade e justiça no Brasil. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 253-298. (Coleção Estado de Sítio).

TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la memoire*. Paris: Arléa, 1995.

Fontes orais

LIMA, Pedro Cruz Galvão de. [set. 2013]. Entrevistadora: Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém, PA, 12 set. 2013. Depoimento concedido ao projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”. Disponível em: <<http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1278>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. [set. 2013]. Entrevistadora: Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém, PA, 12 set. 2013. Depoimento concedido ao projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”. Disponível em: <<http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1279>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. [out. 2012]. Entrevistadora: Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém, PA, 9 out. 2012. Depoimento concedido ao projeto “Universidade Multicampi: 25

anos de ensino superior regionalizado no Pará”. Disponível em: <<http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1057>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

REFKALEFSKY, Margaret Moura. [set. 2013]. Entrevistadora: Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém, PA, 12 set.2013. Depoimento concedido ao projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”. Disponível em: <<http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1273>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SALLES, Flávio Augusto Neves Leão. [jul. 2014]. Entrevistadora: Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém, PA, 2 e 4 jul. 2014. Depoimento concedido ao projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”. Disponível em: <<http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1310>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

VEIGA, Hecilda Mary Ferreira. [2013]. Entrevistadora: Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém, PA, 22 out. 2013. Depoimento concedido ao projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”. Disponível em: <<http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1276>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

Resumo: O presente artigo debate as ações da Comissão César Leite de Memória e Verdade da Universidade Federal do Pará (UFPA), que trabalhou com depoimentos de ex-alunos e ex-professores da universidade, com documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e com jornais do período do governo militar no Brasil, entre 1964 e 1985. Foi construído um acervo digital com esse material, e pretende-se com isso contribuir para uma política de reparação na UFPA e para a construção de uma nova história, que incorpore os casos de violação de direitos humanos na instituição. O artigo trabalha com questões teóricas e metodológicas da história do tempo presente.

Palavras-chave: Comissão da Verdade. Justiça de reparação. Repositório digital. Memória. UFPA.

**The Truth Commission of the Federal University of Pará:
the creation of a digital archive with testimonies of human rights violations**

Abstract: The article discusses the actions of the UFPA's César Leite Memory and Truth Commission, which dealt with testimonies of former students and former professors of the university, with documents from the National Information Service (SNI) and with newspapers of the period of the military governments in Brazil, between 1964 and 1985. A digital archive with this material was built and it is intended to contribute to a policy of reparation at UFPA and the construction of a new history, which incorporates the processes of human rights violations at UFPA. The article deals with theoretical and methodological issues in the history of present time.

Keywords: Truth Commission. Reparation justice. Digital repository. Memory. UFPA.